

CONFIDENCIAL

ASI/SUDEPE/Nº 519 /82 : 27/DEZ/82

Assessor de Segurança e Informações da ASI/SUDEPE

ASI/SUDEPE

Sr. Coordenador da COREG/SUDEPE/MS

: Comércio clandestino de Peixes - Via MS/SP - Denúncia

O Escalão Superior solicitou à esta Assessoria esclarecimentos sobre artigos publicados nos jornais - "O DIA" - RJ , "Tribuna da Imprensa" - RJ e "O Estado de São Paulo" - SP, datados de 07 do mês em curso, focalizando denúncia da Colônia de Pescadores Z-15 de Panorama/SP, acerca do intenso comércio clandestino de peixes procedentes da Mato Grosso do Sul, que são transportados de modo irregular e vendidos diretamente para os grandes centros consumidores, especialmente de São Paulo.

Entre outros comentários, enfatizam o descontentamento dos pescadores filiados à Colônia de Panorama em decorrência desses fatos, noticiando ainda que isto vem ocorrendo sem que a fiscalização paulista possa exercer qualquer controle coibitivo, face orientação da SUDEPE de que a Polícia Florestal e de mananciais só podem atuar em relação aos pescadores amadores, tendo o presidente da citada Colônia Z-15 Sr. Osvaldo Bonato, enviado ofício à Federação dos Pescadores de São Paulo, pedindo a intervenção da SUDEPE e propõe que a Polícia Florestal tenha competência para punir também os pescadores profissionais infratores.

Diante do exposto, esta ASI encarece a fineza de ser informado por essa Coordenadoria, com a possível brevidade, o seguinte:

- a) Veracidade dos fatos;
- b) Providências que estão sendo adotadas para solução da atual ocorrência.
- c) Outros dados sobre assunto que essa Coordenadoria julgue oportuno consignar.

CONFIDENCIAL



Atenciosamente,  
Fernando Alves Lima  
Assessor Substituto do SUDEPE

SERVICO PÚBLICO FEDERAL

**CONFIDENCIAL**

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA PESCA  
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕESINFORME Nº 001 /83/ASI/SUDEPE/MA

Data : 05/JAN/83  
 Assunto : Comércio clandestino de peixes - Via MS/SP - Denúncia  
 Referência: x.x.x.x.x  
 Avaliação : A/1  
 Origem : x.x.x.x.x  
 Difusão : DSI/MA  
 Anexos : Recortes de Jornais (Xerocópia)

Face artigos publicados nos jornais "O Dia" - RJ, "Tribuna / da Imprensa" - RJ, "O Estado de São Paulo" - SP e "Jornal de Brasília" - DF, datados de 07/12/82, focalizando denúncia da Colônia de Pescadores Z-15, de Panorama/SP, acerca do intenso comércio clandestino de peixes procedentes de Mato Grosso do Sul, transportados irregularmente e vendidos diretamente nos grandes centros consumidores, especialmente São Paulo.

2. Em decorrência desses fatos, enfatizam o descontentamento / dos pescadores filiados à Colônia de Panorama, entre outros ~~comentários~~ / rios.

3. Diante do exposto, esta Assessoria dirigiu expediente ao Departamento de Fomento da Pesca e Fiscalização - DEFOP e Coordenadoria da SUDEPE - COREG/MS, solicitando esclarecimentos sobre a veracidade / dos fatos e as providências que estariam sendo adotadas.

4. Em resposta à nossa consulta, tanto o DEFOP bem como a COREG/REG/MS, informaram que os órgãos competentes já haviam tomado providências, enviando recursos humanos e materiais a fim de reforçar as equipes de fiscalização que atuam nas áreas onde estariam se verificando / as citadas ocorrências e, desse modo, segundo é asseverado pela Coordenadoria/MS, estão sob controle os fatos que motivaram a denúncia da Colônia de Pescadores Z-15, de Panorama/SP.

x x x x x x x

**CONFIDENCIAL**

BOEING-727-200 — o jato mais moderno do mundo em vôo no Brasil.

## Comércio clandestino de peixe: denúncia à Sudepe

**MANEIA (AGS)** — Milhares de quilos de peixes capturados de forma ilegal em Mato Grosso do Sul e transportados clandestinamente em caminhões cobertos com lonas, que burlam a fiscalização do Inamb-Instituto de Preservação Ambiental de MS, estão sendo introduzidos quase que diariamente em São Paulo, através das balsas que fazem a travessia do Rio Paraná, ou pelas barrancas em barcos e botes. A denúncia é da Colônia de Pescadores Z-15 de Panorama, que já enviou ofício à Federação dos Pescadores de São Paulo, denunciando a irregularidade e pedindo a intervenção da Sudepe para o controle.

De acordo com o presidente daquela colônia, Osvaldo Bonato, o intenso comércio clandestino está prejudicando o mercado do peixe do lado paulista, onde os pescadores que atuam no Rio Paraná, seguindo todas as exigências legais, não têm meios de enfrentar a concorrência do pescado procedente, principalmente, dos Rios Coxim e Miranda. Devido à grande quantidade de peixes trazidos de Mato Grosso do Sul, o jaulé que normalmente é comercializado por Cr\$ 230.000 o quilo, pelos pescadores paulistas, é entregue clandestinamente a Cr\$ 150,00 nos entrepostos de Panorama, Presidente Epitácio e Castilho. Ou então é levado diretamente para os grandes centros consumidores, especialmente em São Paulo.

### FISCALIZAÇÃO

Isto vem ocorrendo sem que a fiscalização paulista possa exercer qualquer controle, pois, de acordo com as orientações da Sudepe, a Polícia Florestal e de mananciais só pode atuar em relação aos pescadores amadores, o que, na semana passada, culminou com a apreensão de 600 quilos de peixes. No caso do comércio legal, denunciado em Panorama, a prática é feita por profissionais, e, neste caso, a Polícia Florestal não tem qualquer força para o controle, desde que esta tarefa compete diretamente ao Inamb, órgão responsável pela preservação ambiental em Mato Grosso do Sul.

Os efeitos desse comércio são diversos e o mais grave, segundo Osvaldo Bonato, é representado pela forma precária com que o pescado é transportado sem a devida refrigeração e apresentando riscos de que o produto chegue deteriorado aos centros consumidores. Além disso, por causa dos baixos preços cobrados pelo peixe de Mato Grosso do Sul, os 600 pescadores filiados à colônia de Panorama começam a sofrer discriminações dos entrepostos instalados naquela cidade e que, normalmente, incentivam a atividade pesqueira. Agora, até o gelo que era oferecido gratuitamente, tem que ser comprado pelos pescadores profissionais da região.

A solução proposta pela colônia de Panorama é que a Sudepe determine à Polícia Florestal paulista que exerça a fiscalização ao longo do rio Paraná, com poderes para punir também os pescadores profissionais e fazer a apreensão do pescado capturado de forma clandestina.

*Deputado*

VASP - Um toque de carinho em tudo que faz.

## Denunciado comércio clandestino de peixes

Da regional de  
MARILIA

Milhares de peixes capturados legalmente no Mato Grosso do Sul e transportados clandestinamente em caminhões cobertos com lonas, burlando a fiscalização do Inamb - Instituto de Preservação Ambiental do Mato Grosso do Sul - estão sendo introduzidos diariamente em São Paulo, através das balsas que fazem a travessia do rio Paraná, ou pelas barrancas em barcos e botes. A denúncia é da colônia de pescadores Z-15 de Panorama, que já enviou ofício à Federação dos Pescadores de São Paulo pedindo a intervenção da Sudepe no caso.

De acordo com o presidente daquela colônia, Osvaldo Bonato, o intenso comércio clandestino está prejudicando a venda do peixe no lado paulista, onde os pescadores do rio Paraná não têm meios de enfrentar a concorrência do pescado procedente, principalmente, dos rios Coxim e Miranda. Como exemplo, disse que o jaú, normalmente comercializado a Cr\$ 280,00 o quilo pelos pescadores paulistas, é entregue clandestinamente a Cr\$ 150,00 nos entrepostos de Panorama, Presidente Epitácio e Castilho. Ou então é levado diretamente para os grandes centros consumidores, especialmente São Paulo.

Isto vem ocorrendo sem que a fiscalização paulista possa exercer nenhum controle, pois de acordo com as orientações da Sudepe, a Polícia Florestal e de Mananciais só pode atuar em relação aos pescadores amadores, o que, na semana passada, culminou com a apreensão de 800 quilos de peixe. Já o comércio ilegal, denunciado em Panorama, é feito por profissionais e neste caso a Polícia Florestal não tem poder de controle, pois a tarefa compete ao Inamb, órgão responsável pela preservação ambiental em Mato Grosso do Sul.

Segundo Osvaldo Bonato, o pescado ilegal é transportado sem a devida refrigeração, correndo o risco de chegar deteriorado aos centros consumidores. Além disso, por causa dos baixos preços cobrados pelo peixe de Mato Grosso do Sul, os 800 pescadores filiados à colônia de Panorama começam a sofrer discriminações nos entrepostos instalados naquela cidade que, normalmente, incentivavam a atividade pesqueira. Agora, até o gelo que era oferecido gratuitamente tem de ser comprado pelos pescadores profissionais da região.

A colônia de Panorama propôs à Sudepe que a Polícia Florestal fiscalize o rio Paraná, com poderes para punir também os pescadores profissionais.

## Pescadores denunciam contrabando de peixe

MARILIA — Milhares de quilos de peixes capturados de forma ilegal em Mato Grosso do Sul e transportados clandestinamente em caminhões cobertos com lonas, que burlam a fiscalização do Inamb — Instituto de Preservação Ambiental de MS, estão sendo introduzidos quase que diariamente em São Paulo, através das balsas que fazem a travessia do Rio Paraná ou pelas barrancas em barcos e botes. A denúncia é da Colônia de Pescadores Z-15 de Panorama, que já enviou ofício à Federação dos Pescadores de S. Paulo, denunciando a irregularidade e pedindo a intervenção da Sudepe para o controle.

De acordo com o presidente daquela colônia, Osvaldo Bonato, o intenso comércio clandestino está prejudicando o mercado do peixe do lado paulista, onde os pescadores que atuam no Rio Paraná, seguindo todas as exigências legais, não têm meios de enfrentar a concorrência do pescado procedente, principalmente, dos rios Coxim e Miranda. Devido à grande quantidade de peixes trazidos de Mato Grosso do Sul, o jaú, que normalmente é comercializado por Cr\$ 280,00 o quilo, pelos pescadores paulistas, é entregue clandestinamente a Cr\$ 150,00 nos entrepostos de Panorama, Presidente Epitácio e Castilho. Ou então é levado diretamente para os grandes centros consumidores, especialmente em São Paulo.

### Incompetência

Isto vem ocorrendo sem que a fiscalização paulista possa exercer qualquer controle, pois, de acordo com as orientações da Sudepe, a Polícia Florestal e de mananciais só pode atuar em relação aos pescadores amadores, o que, na semana passada, culminou com a apreensão de 600 quilos de peixes. No caso do comércio ilegal, denunciado em Panorama, a prática é feita por profissionais, e neste caso a Polícia Florestal não tem qualquer força para o controle desde que esta tarefa compete diretamente ao Inamb, órgão responsável pela preservação ambiental em Mato Grosso do Sul.

Os efeitos desse comércio são diversos e o mais grave, segundo Osvaldo Bonato, é representado pela forma com que o pescado é transportado sem a devida refrigeração e apresentando riscos de que o produto chegue deteriorado aos centros consumidores. Além disso, por causa dos baixos preços cobrados pelo peixe de Mato Grosso do Sul, os 600 pescadores filiados à colônia de Panorama começam a sofrer discriminações dos entrepostos instalados naquela cidade e que, normalmente, incentivam a atividade pesqueira. Agora, até o gelo que era oferecido gratuitamente, tem que ser comprado pelos pescadores profissionais da região.

A solução proposta pela colônia de Panorama é que a Sudepe determine à Polícia Florestal paulista que exerça a fiscalização ao longo do Rio Paraná, com poderes para punir também os pescadores profissionais e fazer a apreensão do pescado capturado.

BR AN, 880 ZP DE A. 50, p. 6/102  
FL. 01

# DIÁRIO DA SERRA

Diretor: Cesar Quintas Guimarães — Redator Chefe: Silvio Martínez

Diários Associados

Sábado, 11/12/82 — ANO XV — Número 5.287 — Exemplar: Cr\$ 60,00

## Espingardas apreendidas

Um total de 40 armas de canoas longos, 400 quilos de caça abatida e 15 toneladas de pescado, foram o saldo das atividades normais do Instituto de Preservação e Contrôl Ambiental de Mato Grosso do Sul, durante os meses de outubro e novembro, divulgados ontem pelo órgão. Além destes, 30 curiós, seis bicudos, seis cardeais, uma arara azul, um papagaio, três capivaras e um jacaré, que estavam em poder dos caçadores, foram soltos em seus habitat pelo Inamb, enquanto que as armas entregues ao Serviço de Fiscalização da Importação, Depósito de Tráfico de produtos controlados da 9ª Região Militar, para a devida destruição. O pescado em condições de consumo foi distribuído à população carente dos municípios de Coxim, Corumbá, Aquidauana e Porto XV. Página 3



Três representantes comerciais trouxeram o apoio daquela população que pede «socorro».

## Devastação ameaça os rios de Coxim

O presidente da Fundação para Conservação da Natureza de Mato Grosso do Sul, Astúrio Ferreira dos Santos, classificou ontem de «negligência e falta de estrutura» do Inamb, por não conter os abusos da caça e pesca predatória que ocorrem em praticamente todo Estado. Esta afirmação ele fez durante entrevista coletiva à imprensa, ocasião em que apresentou três representantes comerciais que chegaram esta semana de Coxim, com um apelo daquela comunidade às autoridades e ao povo de Campo Grande, no sentido de que dêem uma solução para o problema — pesca predatória — que ocorre naquele município há muito tempo. De acordo com Irineu Nunes, Vagner Zanella e Luiz Adalberto Machado

Alves — representantes comerciais — a população está revoltada e alguns comerciantes ligados à pesca e ao turismo, à beira da falência porque caiu assustadoramente o movimento comercial na cidade, devido a este fato. Eles mesmos disseram que comprovaram a devastação dos rios Taquari e Coxim, pelos «arrastões» feitos praticamente todas as noites por pescadores clandestinos que pegam cerca de 20 toneladas de peixes todos os dias, segundo cálculos de algumas autoridades do município. Por outro lado, segundo Astúrio Ferreira, a anta, capivara e jacarés, continuam sendo alvo até de esporte para caçadores inescrupulosos que infestam principalmente a região pantaneira do Estado. Detalhes, página 3



Wagner Zaneta



Luiz Adalberto



Irineu Nunes

## “Negligência do Inamb impede a fiscalização”

«A negligência e falta de estrutura do Inamb são as principais causas da devastação da fauna que está acontecendo de maneira incontrolável e maciça em Mato Grosso do Sul», afirmou ontem o presidente da Fundação para Conservação da Natureza do Estado, Astúrio Ferreira dos Santos, em entrevista coletiva à imprensa, ocasião em que apresentou três representantes comerciais, que trouxeram de Coxim um apelo às autoridades e comunidade campograndenses para que impeçam a morte dos rios Taquari e Coxim.

Os representantes comerciais, Irineu Nunes, Wagner Zaneta e Luiz Adalberto Machado Alves, afirmam que a população de Coxim já não está mais suportando a situação, estão contrariados porque em plena piracema não conseguem peixe para o consumo, e garantem que cerca de 20 toneladas de peixes são tiradas todas as noites em locais próximo à cidade, por pescadores clandestinos, em «arrastões» com redes, que são proibidas por Lei, sem que os fiscais do Instituto de Preservação e Controle Ambiental possam conter tais abusos.

Os representantes comerciais são residentes em Campo Grande, e por diversas vezes que passaram em Coxim — a trabalho — foram solicitados pela comunidade, para que entrassem em contato com o presidente da Fundação e outras autoridades, no sentido de que seu pedido de socorro fosse ouvido por todos e que alguma providência fosse tomada, antes que fosse tarde demais. Entretanto, desta vez, que puderam inclusive presenciar pessoalmente tais abusos não comentados, resolveram procurar Astúrio Ferreira dos Santos, para transmitir o apelo daquela população.

Astúrio Ferreira por sua vez, fez questão que o apelo fosse transmitido justamente com a presença da Imprensa de Campo Grande que registrou também outras denúncias dos visitantes, como por exemplo, a matança de jacarés, no Pantanal sulmatogrossense,

se, e o porte de centenas de peles de jacarés por caçadores inescrupulosos que nem tiveram receio de que fossem vistos por outras pessoas, na rodovia Transpantaneira.

O viajante Luiz Adalberto chega a afirmar que muitos caçadores encontrados nas beiras de estradas, portando diversos tipos de armas, inclusive as de cano longo — proibidas por Lei — matavam jacarés e pássaros, simplesmente por esporte, já que não consumiam a carne dos animais que matavam. «E nem deviam ser caçadores profissionais — acrescenta — pois não tiravam peles, penas ou qualquer coisa».

Ele, assim como Astúrio Ferreira dos Santos garantem que de Campo Grande a Corumbá, não existe nenhuma barreira do Inamb visando a fiscalização da caça e pesca proibida, pelo menos isto ficou comprovado nas diversas vezes que seguiram até aquela cidade. Os animais mais visados pelos caçadores naquela região, segundo o presidente da Fundação para Conservação da Natureza, são a capivara, jacaré, e anta.

Por outro lado, em Coxim, os estabelecimentos comerciais que dependem da pesca e outras, do turismo, para sobreviver estão com suas estruturas financeiras abaladas, algumas à beira da falência — afirma Irineu Nunes — devido a ação dos devastadores que estão dominando totalmente os rios Coxim e Taquari.

### COMÉRCIO CLANDESTINO

Toneladas de peixes capturados ilegalmente em Mato Grosso do Sul e transportados clandestinamente em caminhões cobertos com lonas, e até mesmo caminhões frigoríficos, burlando a fiscalização do Inamb estão sendo introduzidos diariamente em São Paulo, através das balsas que fazem a travessia do rio Paraná, ou pelas barrancas em barcos e botes. A denúncia é da colônia de pescadores Z-15 de

Panorama, que já enviou ofício à Federação dos Pescadores de São Paulo pedindo a intervenção da Sudepe no caso.

Segundo o presidente daquela entidade, Osvaldo Bonato, em documento enviado ao presidente da Fundação para Conservação da Natureza de Mato Grosso do Sul, o intenso comércio clandestino está prejudicando a venda do peixe no lado paulista, onde os pescadores do rio Paraná não têm meios de enfrentar a concorrência do pescado procedente principalmente dos rios Coxim e Miranda. Como exemplo, disse que o IAU, normalmente comercializado a Cr\$ 280 o quilo pelos pescadores paulista, é entregue clandestinamente a Cr\$ 150 nos entrepostos de Panorama, Presidente Epitácio e Castilho. Ou então é levado diretamente para os grandes centros consumidores, especialmente São Paulo.

Osvaldo Bonato afirma que isto vem ocorrendo sem que a fiscalização paulista possa exercer qualquer controle, pois de acordo com as orientações da Sudepe, a Polícia Florestal e de Mananciais só pode atuar em relação aos pescadores amadores, o que, na semana passada culminou com a apreensão de 600 quilos de peixe. Já o comércio ilegal, denunciado em Panorama, é feito por profissionais e neste caso a Polícia Florestal não tem poder de controle, pois a tarefa compete ao Inamb, órgão responsável pela preservação ambiental de Mato Grosso do Sul.

«O pescado ilegal é transportado sem a devida refrigeração — afirma Osvaldo Bonato, correndo o risco de chegar deteriorado aos centros consumidores. Além disso, por causa dos baixos preços cobrados pelo peixe de Mato Grosso do Sul, os 600 pescadores filiados à colônia de Panorama começam a sofrer discriminações nos entrepostos instalados naquela cidade, que normalmente, incentivavam a atividade pesqueira.

## Exército recebe armas apreendidas pelo Inamb

A apreensão de 40 armas; 400 quilos de caça abatida e ainda 15 toneladas de pescado, marcaram as atividades do Instituto de Preservação e Controle Ambiental de Mato Grosso do Sul, durante os meses de outubro e novembro. Ontem, as armas foram mostradas à imprensa e logo depois enviadas ao Serviço de Fiscalização de Importação, Depósito de Tráfego de Produtos Contrabandeados, da 9ª Região Militar, para o devido extermínio.

Além das armas — de cano longo — foram apreendidos farto material cujo uso é proibido na pesca, ou quando permitidos, usados indevidamente. O pescado retido pela fiscalização

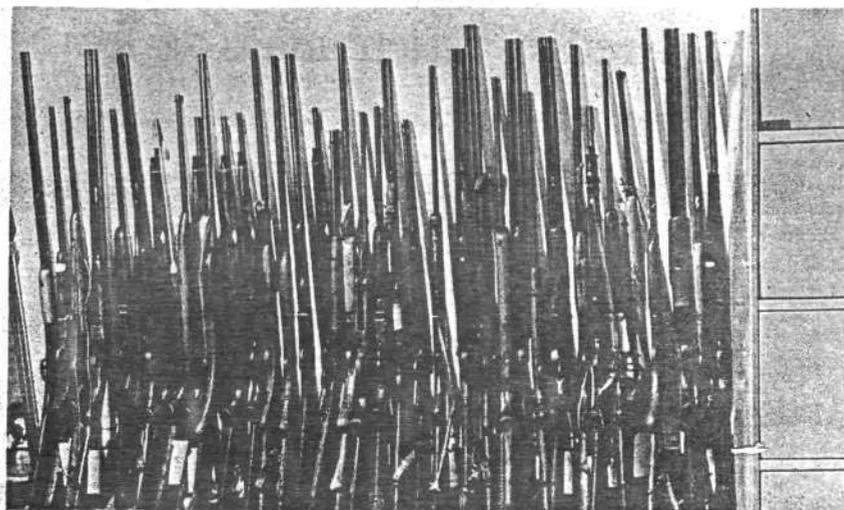
depois de inspecionado para ver as condições de consumo, foram leiloados a frigoríficos e distribuídos à população carente.

Quanto aos animais da fauna sulmatogrossense, os fiscais encontraram com caçadores clandestinos farta quantidade de caça abatida, entre aves e animais silvestres. Como se não bastassem os contraventores portavam animais vivos, certamente para venda nos grande centros.

Entre os materiais apreendidos, foram registrados 46 redes, 77 tarrafas, 30 barcos, 28 motores de popa de diversas marcas e potências, 75 caixas térmicas, 81 molinetes, cinco físgas e dois espinhéis. Com

exceção dos barcos, e motores — que para serem resgatados é preciso que seja efetuado o pagamento de pesadas multas — o Inamb nos municípios em que os apreendeu — Corumbá, Coxim, Aquidauana, e Porto XV, os destruiu.

No tocante à caça, foram apreendidas 40 espingardas, 400 quilos de caça abatida, 30 curiós, 06 bicudos, 06 caracais, uma arara azul, 01 papagaio, 03 capivaras, e 01 jacaré. A caça abatida foi distribuída à população ou a entidades assistenciais mediante assinatura de termo de doação, enquanto que os animais vivos foram soltos nos seus habitats naturais.



# Comércio ilegal de pescado

A pesca ilegal de milhares de peixes nos rios de Mato Grosso do Sul e transportados clandestinamente para São Paulo, burlando a fiscalização do INAMB - Instituto de Preservação e Controle Ambiental - foi denunciada pela colônia de pescadores Z-15, da cidade paulistana de Panorama. A Federação dos Pescadores de São Paulo foi

comunicada e os pescadores exigiram a intervenção da Sudepe no caso. Os peixes capturados são transportados em caminhões cobertos com lonas e introduzidos em São Paulo, diariamente, através das balsas que fazem a travessia do Rio Paraná ou pelas barrancas em barcos ou botes. Há revolta entre os pescadores.

Página 11

CORREIO DO ESTADO - 11

## Comércio ilegal de peixe é denunciado

O comércio clandestino do peixe de Mato Grosso do Sul para o Estado de São Paulo, produto que estaria sendo transportado para território paulista de forma irregular e ilegal, foi denunciado pela colônia de pescadores Z-15, da localidade de Panorama, no interior de São Paulo, dando conta que a fiscalização do INAMB - Instituto de Preservação e Controle Ambiental de Mato Grosso do Sul, estaria sendo burlada, com caminhões cobertos apenas por lonas, estarem transportando sem qualquer dificuldade o produto para território paulista.

O produto estaria sendo introduzido em São Paulo através de balsas que fazem a travessia do Rio Paraná, ou mesmo pelas barrancas em barcos e botes. Os pescadores da colônia, inclusive, encaminharam queixa à Federação dos Pescadores de São Paulo, solicitando a intervenção da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca-SUDEPE.

O peixe que está entrando no Estado de São Paulo procederia, segundo informou o presidente da Colônia Z-15, das localidades de Coxim e Miranda, principalmente. Ele salientou que, o

intenso e permanente comércio clandestino vem prejudicando a venda de peixe no lado paulista, com prejuízos aos pescadores daquele Estado. E o preço do produto de Mato Grosso do Sul, por incrível que pareça, é ainda menor do que o cobrado pelos pescadores paulistas, numa concorrência considerada desleal. Por exemplo, o preço de um jaú, normalmente comercializado a Cr\$ 280,00 o quilo, em São Paulo, é entregue clandestinamente a Cr\$ 150,00 nos entrepostos de Panorama, havendo denúncias, inclusive, que a captura no Mato Grosso do Sul, ilegal logicamente, está sendo tão grande, que o peixe por estar sobrando no MS, apesar de estar sendo transportado sorrateiramente para São Paulo, é comercializado a preços bem abaixo da tabela.

E a denúncia vai mais longe, dando conta que a responsabilidade pela captura e transporte desses peixes do Mato Grosso do Sul para São Paulo é dos pescadores profissionais. Os pescadores acusam o Inamb de relaxar na fiscalização, provocando então a irregularidade.

RESUMO DO ASSUNTO

**CONFIDENCIAL**

DATA

22 / 12 / 82

TEXTO

Sr. Assessor:

Em atendimento a CI/ASI/SUDEPE Nº 13/82 informo:

a) Veracidade dos fatos

A imprensa de Mato Grosso do Sul, deu bastante destaque ao fato de que na região dos Rios Coxim, Taquari, Aquidauna e Miranda, estaria havendo grande pesca e caça predatória.

Quanto à pesca, esta estaria sendo feito por pescadores profissionais vindos de fora do estado, principalmente de São Paulo, que usando redes e botes motorizados estavam dizimando a fauna e levando o produto da pescaria para São Paulo, via Rondonópolis e Brasília, além de contrabandear-lo por balsas, através Rio Paraná.

Estes pescadores por serem nômades, se entregam à bebedeiras nas localidades por onde passam, causando intranquilidade às populações e afastando os turistas.

A unidade local do INAMB, contando apenas com cinco (05) fiscais e uma viatura em más condições, não tem condições de combater eficazmente as contraventores, especialmente após a proibição de portarem armas, devido ao incidente ocorrido em setembro, no qual um pescador foi morto por um fiscal.

A legislação atual proíbe o uso de redes de qualquer espécie no estado, bem assim como a pesca profissional em trecho compreendido nas proximidades da cidade de Coxim.

Faço as denúncias, o Diretor do INAMB e executor do Convênio de Fiscalização da Pesca, está remanejando recursos humanos e materiais de outras unidades, para reforçar a de Coxim.

Atenciosamente,

*Octávio Augusto Botafogo Gonçalves*  
 OCTÁVIO AUGUSTO BOTAFOGO GONÇALVES  
 Diretor do DEFOP

*Pedir mais info para a Coordenação dos FIS*  
*EC*

OABG/amo

RECEBIDA POR

ASSINATURA

CONFIDENCIAL

SERVICO PUBLICO FEDERAL

M.A. SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA PESCA - SUDEPE  
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

CI/ASI/SUDEPE/Nº 13/8/82

Em: 17/Dez/82

Origem : Assessor de Segurança e Informações  
 Destino : Diretor do DEPOP  
 Assunto : Comércio clandestino de Peixes - Via MS/SP - Denúncia

Senhor Diretor:

O Escalão Superior solicitou à esta Assessoria esclarecimentos sobre artigos publicados nos jornais "O Dia" - RJ, "Tribuna da Imprensa" - RJ e "O Estado de São Paulo" - SP, datados de 07 do mês em curso, focalizando denúncia da Colônia de Pescadores Z-15 de Panorama/SP, acerca do intencional comércio clandestino de peixes procedentes de Mato Grosso do Sul, que são transportados de modo irregular e vendidos / diretamente para os grandes centros consumidores, especialmente de São Paulo.

Entre outros comentários, enfatizam o descontentamento dos pescadores filiados à Colônia de ~~Panorama~~ em decorrência desses fatos, noticiando ainda, que isto vem ocorrendo sem que a fiscalização paulista possa exercer qualquer controle coibitivo, face orientação da SUDEPE de que a Polícia Florestal e de mananciais só podem atuar em relação aos pescadores amadores, tendo o presidente da citada Colônia Z-15 Sr. Osvaldo Bonato, enviado ofício à Federação dos Pescadores de São Paulo, pedindo a intervenção da SUDEPE e propondo que a Polícia Florestal tenha competência para punir também os pescadores profissionais infatores.

Diante do exposto, esta ASI encarece a fineza de ser informada por <sup>esse Departamento</sup> esse Departamento, com a possível brevidade o seguinte:

- Veracidade dos fatos
- Providências que estão sendo adotadas para solução da atual ocorrência.
- Outros dados sobre o assunto <sup>na Coordenação</sup> que <sup>seja</sup> sejam pulque oportuno consignar.



Atenciosamente,

*Abelardo Correa*  
 Abelardo Alves Correa Filho  
 Chefe ASI / MA - SUDEPE

CONFIDENCIAL

**CONFIDENCIAL**

## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Ofício COREG/MS nº 002/83

Em 03/01/83

Do Coordenador Regional da SUDEPE/MS

Endereço Rua Padre João Cripa nº 1845

Ao Sr. Estevão Alves Correia Filho - M.D. Assessor da ASI

Assunto Informação (Faz)

Senhor Assessor,

Em atendimento ao Ofício ASI/SUDEPE nº 519/82 de 27 de dezembro de 1982, no que diz respeito a denúncia feita pela colônia de pescadores Z-15 de Panora ma/SP, informamos que:

a) Esta COREG/MS, só ficou sabendo da denúncia através dos jornais locais, conforme publicação anexas (Fls 01 e 02 Diário da Serra e Fl. 03 Correio do Estado).

b) Tendo em vista a denuncia feita através destes jornais, imediatamente entramos em contato com o órgão executor do convênio, INAMB - Instituto de Preservação e Controle Ambiental, o qual realiza para a SUDEPE a fiscalização em nosso Estado, e procuramos saber se existia alguma denúncia formalizada por aquela colônia de pescadores Z-15/SP, o qual nos informaram que na semana anterior à denúncia publicada nos Jornais locais, receberam um telefonema anônimo, no qual um cidadão dizia o local que estava passando o pe<sup>s</sup>cado e informava também que era associado da colônia citada, mas como o mes<sup>m</sup>o não quiz se identificar, sendo que o INAMB solicitou do mesmo, que fizesse a denúncia por escrito, mas o órgão não recebeu nada sobre o caso.

Portanto, após esta informação do INAMB, solicitamos a este órgão que tomasse providencias imediatas.

O INAMB, atendendo a nossa solicitação, preparou uma equipe de fiscais, aonde os mesmos deslocaram-se da Regional de Porto XV, unidade do órgão, sendo a mais próxima do Porto Santo André, aonde dizia ser o local que estava passan<sup>d</sup>o o pescado ilegal, sendo que esta equipe de fiscais vasculharam por água e por terra, durante 7 (sete) dias, toda a região.

Além deste esquema de fiscalização na região o INAMB, também comunicou as regiões de Três Lagoas, Coxim e Miranda uma vez que estas duas últimas dizia ser o lugar de origem da saída do pescado.

Dutrossim informamos que o dia da publicação da denúncia, entramos em contato com o Coordenador Regional da SUDEPE no Estado de São Paulo, sendo que o mesmo nos informou não haver naquela COREG/SP, nenhuma denúncia sobre o caso.

ASI - SUDEPE	DATA
DOI Nº 019/83	28/01/83
ENCAMINHADO AO	Chefe
ARQUIVO:	Pasta COREG/SP

**CONFIDENCIAL**

Serviço Público Federal

O Coordenador se prontificou a ajudar a sanar o problema, dizendo que iria procurar saber se no órgão conveniado da SUDEPE o qual executa a fiscalização naquele Estado, se existia esta denúncia e independente disso ele disse que iria pedir para a polícia Florestal ajudar a fiscalizar aquela região.

c) Pelo que acompanhamos durante este período, acreditamos estar sanado o problema, tendo em vista a fiscalização do convênio ter montado um esquema especial para esta denúncia e também pelo órgão ter estruturado melhor os postos de origem dos pescados, os quais eram caracterizados como sendo lugares de saída do pescado para o Estado de São Paulo.

Portanto informamos que encontra-se sob controle a denúncia daquela colônia de pescadores.

É o que temos a informar de momento, sendo que estamos a disposição para qualquer informação que for necessária.

Na oportunidade renovamos a V.Sa., nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.



SEBASTIÃO DA ROCHA VIEIRA  
Coordenador Regional da SUDEPE/MS